



Critérios Gerais de Avaliação

2019-2020

- *Decreto-Lei n.º 139 /2012 de 5 de julho, alterado pelos Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro, e Decreto-Lei n.º 17/2016 de 4 de abril (3º, 4º e 9º anos)*
- *Despacho Normativo n.º 1-F /2016 de 5 de abril (3º, 4º e 9º anos)*
- *Portaria n.º 243/2012 de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 304-B/2015, de 22 de setembro (12º ano)*
- *Metas curriculares (3º, 4º, 9º e 12º anos)*
- *Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho - homologa o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.*
- *Decreto-lei nº55/2018, de 6 de julho (1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10º e 11º anos de escolaridade)*
- *Portaria n.º 223-A/2018, de 03 de agosto (1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º anos do Ensino Básico)*
- *Portaria nº 226-A/2018, de 7 de agosto (10º e 11º anos do Ensino Secundário)*
- *Despacho nº 6944-A/2018 de 19 de julho - homologa As Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico e Ensino Secundário*
- *Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de julho, com a Retificação n.º 1673/2004 de 7 de setembro (CEF)*
- *Lei n.º 51/2012 - Estatuto do Aluno e Ética Escolar*
- *Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho (Educação inclusiva)*
- *Lei nº 5/97, de 10 de fevereiro (Lei-Quadro da Educação Pré-escolar)*
- *Lei nº 241/2001, de 30 de agosto (Perfil Específico de Desempenho dos Educadores de Infância)*
- *Circular nº 17/DSDC/DEPEB/2007 (Gestão do Currículo da Educação Pré-Escolar)*
- *Circular nº. 4 /DGIDC/DSDC/2011 (Finalidades da avaliação da Educação Pré-Escolar e seus procedimentos)*
- *Despacho nº 9180/2016 - homologa Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*

1. A avaliação:

- 1.1. Incide sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência as Aprendizagens Essenciais (1º, 2º, 5º, 6º, 7º, 8º, 10º e 11º anos) e as metas curriculares (3º, 4º, 9º e 12º anos), que constituem orientação curricular de base, com enfoque nas áreas de competências inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*;
 - 1.2. Assume uma dimensão marcadamente formativa, desenvolvendo-se num processo contínuo e interpretativo que procura tornar o aluno protagonista da sua aprendizagem, de modo a que vá tomando consciência do que já conseguiu, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassando;
 - 1.3. Resulta da aplicação de instrumentos de avaliação diversificados, assume carácter contínuo e sistemático ao serviço das aprendizagens e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes informação sobre o desenvolvimento e a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.
-
2. As informações obtidas, em resultado da avaliação, permitem a revisão do processo de ensino e de aprendizagem e a tomada de decisões relativas à avaliação sumativa, no final de cada período letivo.

 3. A avaliação sumativa certifica as aprendizagens realizadas, nomeadamente os saberes adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competência inscritas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

 4. Os critérios gerais de avaliação constituem referenciais comuns no Agrupamento de Escolas Gil Paes, sendo operacionalizados pelos departamentos/grupos de docência.

 5. Esses referenciais são os que a seguir se apresentam, assumindo-se que o perfil do aluno se vai construindo ao longo da escolaridade obrigatória, através da aquisição progressiva de conhecimentos, capacidades e atitudes.

ÁREAS DE COMPETÊNCIA	DESCRIPTORIOS DE DESEMPENHO (de acordo com o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória)
<p>LINGUAGENS E TEXTOS</p> <p>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p> <p>RACIOCÍNIO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS</p> <p>PENSAMENTO CRÍTICO E PENSAMENTO CRIATIVO</p> <p>SABER CIENTÍFICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO</p> <p>DESENVOLVIMENTO PESSOAL E AUTONOMIA</p> <p>BEM-ESTAR, SAÚDE E AMBIENTE</p> <p>SENSIBILIDADE ESTÉTICA E ARTÍSTICA</p> <p>RELACIONAMENTO INTERPESSOAL</p> <p>CONSCIÊNCIA E DOMÍNIO DO CORPO</p>	<p>Usa linguagens verbais e não verbais para se exprimir, comunicar e construir conhecimento, em diferentes contextos, pessoais, sociais, de aprendizagem e pré-profissionais;</p> <p>Apresenta competências de leitura e de escrita (na língua materna e em línguas estrangeiras) que lhe permitem interpretar, criar e expressar, oralmente, por escrito ou através de outros códigos, factos, opiniões, conceitos, pensamentos e sentimentos;</p> <p>Apresenta, explica e defende conceitos, ideias e projetos, em suportes e contextos variados, de acordo com objetivos diversos pré-definidos, perante diferentes públicos, em presença ou à distância, respeitando as regras próprias de cada ambiente;</p> <p>Pesquisa em suportes e contextos variados, organiza a informação e transforma-a em conhecimento e instrumento de trabalho;</p> <p>Resolve problemas utilizando diferentes metodologias e ferramentas;</p> <p>Pensa, observa, analisa informação, experiências ou ideias, argumenta com recurso a critérios implícitos ou explícitos, com vista à tomada de posição fundamentada;</p> <p>Compreende processos e fenómenos científicos e tecnológicos que permitam a tomada de decisão e a participação em fóruns de cidadania;</p> <p>Executa operações técnicas, adequando os meios materiais e técnicos à ideia ou intenção comunicativa.</p> <p>Relaciona conhecimentos, emoções e comportamentos;</p> <p>Estabelece objetivos, traça planos e concretiza projetos, com sentido de responsabilidade e autonomia;</p> <p>Manifesta consciência e responsabilidade ambiental e social, adotando comportamentos adequados e trabalhando colaborativamente com vista à construção de um futuro sustentável;</p> <p>Reconhece, experimenta, aprecia criticamente e valoriza diferentes formas de arte e universos culturais;</p> <p>Coopera, partilha, colabora e trabalha em equipa em diferentes contextos;</p> <p>Interage com tolerância, empatia e responsabilidade aceitando diferentes pontos de vista e desenvolvendo novas formas de estar;</p> <p>Tem consciência de si próprio a nível corporal, emocional, cognitivo, psicossocial, estético e moral por forma a estabelecer, consigo próprio e com os outros, uma relação harmoniosa e salutar.</p>

-
6. Os critérios específicos de avaliação:
 - 6.1. São definidos por ciclo, para cada disciplina;
 - 6.2. Aprovados pelo respetivo departamento, sob proposta dos grupos disciplinares, em conformidade com o estabelecido nos Critérios Gerais do Agrupamento;
 - 6.3. Devem especificar o modo de operacionalizar quer o domínio dos conhecimentos e capacidades bem como o domínio das atitudes, em consonância com as Aprendizagens Essenciais e as áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
 7. Os departamentos/grupos disciplinares deverão, em concordância com os currículos das suas áreas, definir descritores de desempenho de acordo com os resultados esperados dos alunos, em cada domínio das aprendizagens essenciais.
 8. As aprendizagens desenvolvidas pelos alunos no quadro das opções curriculares, nomeadamente dos DAC, são consideradas na avaliação das disciplinas intervenientes.
 9. Tendo em conta a especificidade de cada disciplina e o nível etário dos alunos, a avaliação nos ensinos básico e secundário deve ter em conta o domínio das seguintes capacidades transversais:
 - A. Educação para a cidadania;
 - B. Compreensão e expressão da língua portuguesa;
 - C. Utilização das tecnologias de informação e comunicação.
 - 9.10 desenvolvimento destas componentes do currículo de carácter transversal está subordinado à implementação do processo de ensino e aprendizagem e/ou integrado nos conhecimentos curriculares adquiridos e capacidades disciplinares desenvolvidas pelos alunos.
 - 9.2A avaliação destas componentes é realizada de acordo com os instrumentos definidos por cada professor para o seu grupo turma.
 10. Dado que um aluno aprende pela prática, pela rotina, pelo erro/aproximação, com os outros, pela memorização, com uma situação/problema, através de uma associação, criando um esquema mental, analisando e aprendendo a aprender, devem os docentes utilizar diferentes métodos de ensino (ensino expositivo, instrução direta, ensino de conceitos e metodologias ativas) e modelos de

aprendizagem (cooperativa, baseada em problemas e discussão em sala de aula) e diversificar os instrumentos de avaliação a aplicar. Entre outros que possam ser identificados, são exemplos:

- Questão de aula / Fichas de trabalho / Questionário
- Avaliação com recurso a suporte áudio / audiovisual
- Guiões de avaliação do domínio da oralidade
- Exposição, interação oral e defesa de pontos de vista
- Exploração de jogos, simulações, dramatizações, entre outros
- Testes escritos (faseados ou não)
- Testes com recurso a aplicações em suporte digital
- Trabalhos de pesquisa/de projeto
- Trabalhos/provas práticos
- Registos de observação
- Dossiês/Relatórios de atividades (visitas de estudo, saídas de campo, atividades experimentais, entre outros)
- Atividades de carácter procedimental (construção de mapas, gráficos, esboços, entre outros)
- Atividades de expressão plástica
- Elaboração de portfólio (impresso) e/ou e-portfolio (*slideshare*, vídeo, entre outros)
- Outros materiais produzidos
- Instrumentos de autoavaliação e heteroavaliação.

11. Em cada Departamento, devem ser construídos e aplicados instrumentos diversificados de avaliação, de acordo com a especificidade do nível de ensino, disciplina, domínio/tema/conteúdo, de modo a permitir que todas as competências, conhecimentos, capacidades e atitudes, previstos no perfil dos alunos, possam ser valorizados.

12. Devem ser definidas as ponderações a atribuir a cada um dos domínios/temas/conteúdos, aos conhecimentos, capacidades, atitudes, bem como aos diferentes instrumentos de avaliação aplicados.

-
13. Deve ser valorizada a recolha de informação para avaliação do progresso do aluno, numa aceção de avaliação formativa, em que se privilegiem os processos e que permita avaliar a dimensão das atitudes.
 14. Em cada instrumento de avaliação (à exceção dos testes escritos ou outros meios de recolha de informação equivalentes), a dimensão das atitudes deverá ser avaliada, não podendo ter uma ponderação inferior a 15%, no ensino Básico; não inferior a 10%, nas disciplinas do ensino Secundário dos cursos Científico-Humanísticos e não inferior a 20% nos Cursos Profissionais de nível Secundário e nos Cursos de Educação e Formação.
 15. A valoração de cada instrumento de avaliação, considerando, quando aplicável, a dimensão das atitudes, deve ser comunicada aos alunos e estar disponível para consulta dos Encarregados de Educação.
 16. Os alunos com Programa Educativo Individual são avaliados de acordo com os critérios previstos nesse documento.
 17. Aos alunos para os quais foram mobilizadas medidas universais, seletivas e adicionais - alíneas a), d) e e) - do artigo 10º, do DL nº 54/2018, de 6 de julho, a avaliação realiza-se nos termos definidos para cada disciplina.

18. Na Educação Pré-Escolar:

A ação educativa é sempre desenvolvida numa perspetiva globalizante. A avaliação tem como base a evolução e o desenvolvimento das crianças durante o percurso educativo desenvolvido.

Assim, a avaliação na Educação Pré-Escolar é baseada num processo contínuo de análise, que sustenta a adequação do processo educativo às necessidades de cada criança e do grupo, tendo em conta a sua evolução.

Considerando a especificidade deste nível de ensino, a avaliação assume uma dimensão marcadamente formativa, pois trata-se, essencialmente, de um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados, sendo uma avaliação para a aprendizagem e não da aprendizagem. É um processo contínuo, através da observação e registo, pelo que não são aplicáveis quaisquer coeficientes de ponderação.

São utilizadas técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados, nomeadamente:

- Registo das atividades desenvolvidas;
- Diagnóstico dos alunos;
- Portefólio individual de cada aluno;
- Contactos com a família;
- Fichas de registo de observação/avaliação trimestral - a realizar trimestralmente, sendo disponibilizadas informações aos respetivos pais/ /encarregados de educação.

19. Os testes de avaliação devem obedecer à elaboração de uma informação prova que deve ser dada a conhecer aos alunos com uma semana de antecedência.

20. No caso das disciplinas sujeitas a avaliação externa, os testes escritos deverão, preferencialmente, respeitar a estrutura das provas finais de ciclo/exame nacional.

21. Nos diversos instrumentos de avaliação, deverá constar a valorização de cada grupo/item. Constituem exceção a esta regra os testes aplicados no 1º e 2º ciclos.

22. Os resultados dos diversos instrumentos de avaliação devem ser registados, obrigatoriamente, e comunicados ao aluno por escrito, quantitativa e qualitativamente.

23. O quadro seguinte serve de referência à apresentação dos resultados.

Ensino Básico

Percentagem	Menção Qualitativa
0 % - 49 %	Insuficiente
50 % - 69%	Suficiente
70% - 89%	Bom
90 % - 100 %	Muito Bom

Ensino Secundário

Cursos Científico-Humanísticos e Profissionais

Pontos	Menção Qualitativa
0 - 94	Insuficiente
95 - 134	Suficiente
135 - 174	Bom
175 - 200	Muito Bom

Condições de transição e de aprovação

1. A decisão de transição para o ano de escolaridade seguinte reveste carácter pedagógico, sendo a retenção considerada excecional.
2. No momento da decisão de retenção de um aluno, o Conselho de Turma deverá ponderar a transição ou não do aluno, analisando os seguintes aspetos:
 - I. A decisão de não transição é de carácter pedagógico e só pode ser tomada após um acompanhamento pedagógico do aluno, em que foram traçadas e aplicadas medidas de apoio face às dificuldades detetadas e a aplicação das medidas de inclusão segundo o Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho;
 - II. A decisão de não transição é de carácter pedagógico e deve ser tomada não apenas tendo conta a realização das aprendizagens essenciais previstas para esse ano, mas, também, ponderando o facto de o atraso na sua aquisição não permitir a realização das mesmas até final de ciclo, mesmo com a mobilização de medidas de promoção do sucesso.
 - III. A evolução do aluno;
 - IV. O domínio da língua portuguesa;
 - V. A demonstração de atitudes de cidadania ativa e responsável (assiduidade, cumprimento de regras e normas estabelecidas no regulamento interno, comportamento, respeito no relacionamento com os outros);

- VI. Atitudes e valores na disciplina de Formação para a Cidadania ou Cidadania e Desenvolvimento, para as turmas que possuem as referidas no desenho curricular;
- VII. O domínio das tecnologias de informação e comunicação;
- VIII. O distanciamento entre os conhecimentos e capacidades desenvolvidas e as definidas para o final de ciclo - lógica de ciclo;
- IX. O percurso escolar: número de retenções e reorientação do seu percurso escolar;
- X. A decisão de transição/não transição dos alunos deverá resultar de um consenso dos membros que integram o Conselho de Turma.

1º Ciclo

No 1º ano, não há lugar a retenção, exceto se tiver sido ultrapassado o limite de faltas e após cumpridos os procedimentos previstos no Estatuto do Aluno e Ética Escolar.

A decisão de **retenção** é tomada quando:

- Menção Insuficiente nas disciplinas de português ou PLNM ou PL2 e de matemática;
- Menção Insuficiente nas disciplinas de português ou matemática e, cumulativamente, menção Insuficiente em duas das restantes disciplinas.

ANOS TERMINAIS - 2º e 3º Ciclos

A decisão de **Não Aprovação** é tomada, nos 6º e 9º anos, quando:

- O aluno tiver obtido classificação inferior a 3 em Português ou PLNM e em Matemática.
- O aluno tiver obtido classificação inferior a 3 em três ou mais disciplinas.

ANOS NÃO TERMINAIS - 2º e 3º Ciclos (5º, 7º e 8º Anos)

A decisão de Retenção é tomada quando:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">– O aluno tiver obtido classificação inferior a 3 cumulativamente nas disciplinas de Português e Matemática e noutra disciplina;– O aluno tiver obtido classificação inferior a 3 a quatro ou mais disciplinas. |
|--|

<i>- EMRC e Oferta Complementar, nos 2º e 3º ciclos, não são consideradas para efeitos de Retenção e de Não Aprovação dos alunos.</i>

Aprovado em reunião de Conselho Pedagógico, de 23 de setembro de 2019.